

ENTRE A ARCÁDIA E OS JARDINS DO ÉDEN: A AMÉRICA, AS VASTIDÕES SELVAGENS E A DOMESTICAÇÃO DA NATUREZA

Maria Angélica da Silva

América remete à idéia de vastidão. A dimensão superlativa de seu território e suas portentosas características geográficas – rios, desertos e florestas – contribuíram para essa imagem que, com o passar do tempo, foi reforçada pelo padrão de edificação de suas cidades e metrópoles.

Em visita ao norte do continente, Baudrillard fala em América sideral¹. À idéia de vastidão aliam-se as noções do novo e de descoberta. Do ponto de vista da história colonial, a América tem um momento fundador – a data precisa em que os olhos do europeu vislumbraram, do mar, os indícios de “terra à vista”, o momento em que as plantas turvaram o azul das águas e o vôo de certos pássaros tomou direção constante. Os pés tocaram o solo e encontrou-se a população nativa, que não foi reconhecida como dona da terra. Pouco importa que, no jogo de forças entre os colonizadores, o título de posse não tenha sido concedido ao primeiro europeu que nela pisara. De toda forma, sob a ótica do vencedor, estabeleceu-se uma data de origem para aquela terra, confirmada pelas letras que nomearam o território usando a língua e a escrita européias².

Mas a idéia do novo na América, afirmada pela lógica colonial, era contrariada por um imaginário distante que aportou na terra junto com os colonizadores: a concepção de um território não previsto no mundo habitável, porém sempre presente nas descrições da casa humana, feitas pelos antigos, e que subitamente se concretizava. Quando os gregos desenhavam o mundo, dividiam-no em cinco zonas, das quais apenas duas eram habitadas. As outras, muito frias ou muito quentes, eram o lugar do incógnito. Quando os homens medievais tiveram que explicar o mundo às comunidades cristãs por sermões e prédicas, muitas vezes a Bíblia não era suficiente, pois silenciava sobre argumentos de cunho geográfico. Por outro lado, a herança clássica, com todo o seu poder imaginativo, multiplicava as explicações sobre o mundo. A necessidade de amparar-se em Roma – referência ainda forte –, mas atualizá-la segundo as regras cristãs, fez surgir um novo desenho do mundo, que ficou conhecido como mapa T-O, pois dividia a *écoumène* em três partes terrestres cortadas pelos oceanos. Contudo, o próprio Isidoro de Sevilha, nas suas *Etimologias*, acrescentava ao seu mapa T-O uma narrativa que falava da possibilidade da existên-

1. Jean Baudrillard, *América*, Rio de Janeiro, Rocco, 1986, p. 10.

2. Sobre a idéia de uma data de início para os países americanos, ver Angel Rama, *A Cidade das Letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985, que trata do tema na perspectiva do urbanismo colonial. As “letras” são consideradas como ferramentas desse urbanismo. Sobre a idéia do novo e da América, ver Antonello Gerbi, *The Dispute the New World; the history of a polemic. 1750–1900*, Pittsburg, University of Pittsburg, 1973.



cia de uma quarta porção de terra. A Idade Média povoou essa quarta porção com diferentes conteúdos: poderia ser a terra dos antípodas, seres rigorosamente opostos aos que habitavam a terra europeia e, portanto, que viviam de cabeça para baixo e observavam a lua e o sol ao contrário; a terra dos homens que não temiam o sol e ocupavam a faixa tórrida desenhada pelos gregos; as Hespérides ou as Ilhas Afortunadas, ou o paraíso cristão³.

Assim, a “Descoberta” ocorreu envolta nos mistérios e na maravilha das narrativas sobre o quarto continente e, para além de mero mito dos povos europeus, essa idéia constituiu um fator de cunho identitário. Se as descobertas significaram um novo acordo entre a herança humanista e os avanços da experiência, novos pactos precisavam ser firmados acerca da identidade. Naquele momento, a América e a Europa deram um passo definitivo na consolidação de seus retratos. O nome América surgiu por sugestão de Martim Waldesemuller, em 1506, mas nomeava uma terra de contornos não totalmente conhecidos. Foram as cartas de Vespúcio e as viagens de navegadores, como Fernão de Magalhães, que finalmente firmaram a idéia da América continental. Nem ilha nem continuação de áreas austrais: continente vasto e autônomo.

Inicialmente, foi a América do Sul e, em especial, o Brasil que recebeu a denominação de América⁴. Era a parte que sugeria a forma de “cauda do dragão”, e assim reforçava os vínculos com o maravilhoso, com os seres extraordinários da *mirabilia* medieval. Era a que estava mais ao sul, que se opõe ao norte, onde os europeus localizavam a *écoumène*. O clima era predominantemente quente, havia suspeita de existirem inúmeros tesouros na região do Peru e seus habitantes por vezes eram confundidos com os descendentes mais diretos de Adão. A lembrança da Arcádia era reconfirmada e os contornos dos jardins do Éden, repensados.

Tal como seus antecessores bíblicos, que atravessaram o deserto em busca da terra prometida, os primeiros colonizadores chegaram ao norte da América enfrentando a vastidão do mar. Durante os primeiros séculos, houve apenas lutas: o mito da fronteira significava cultivar o Éden contra a natureza. Mas, no séculos XVIII e XIX, esboçou-se uma postura diferente com relação à paisagem: as traduções da natureza norte-americana na pintura de Thomas Cole, na literatura de Henry Thoreau e nos jardins de Frederick Law Olmsted anunciavam uma nova concepção e, aos poucos, os rios caudalosos, como o Mississipi, a imensidão selvagem das planícies e das montanhas voltavam à memória dos homens requalificados. Em vez de inimigos, eram evidências territoriais que garantiam a identidade do país.

Um longo caminho fora percorrido, iniciado, provavelmente, pelos mitos celtas, com seus druidas profanos e peregrinos cristãos, como São Brandão, inseparáveis da

3. Evelyn Edson, *Mapping time and space – How Medieval Mapmakers viewed their World*, Londres, The British Library, 1997. Sobre a postura de Isidoro de Sevilha. Ver San Isidoro Sevilla, *Etimologías*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1960, especialmente o Livro XIV.

4. A. L. Pereira Ferraz, *Terra do Ibirapitanga*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939, p. 131.



natureza selvagem da Irlanda. Estabilizou-se na Inglaterra, que tentou compensar a perda de sua cobertura vegetal, comprovada pelo Domesday Book em 1086, com uma permanente afeição por florestas, parques e jardins. Surgia, assim, a idéia de que a cultura inglesa não poderia existir sem a natureza verde. Séculos mais tarde, do outro lado do oceano, irlandeses e ingleses desterrados não esquecem seus mitos e celebram a *wilderness*⁵, o culto das vastidões selvagens, através de inúmeros eventos culturais, incluindo, no seu apogeu, a criação dos parques nacionais⁶. Havia um elogio patente à grandiosidade da natureza conquistada, um ufanismo que passava pela geografia dos desertos e das cataratas, a ponto de os grandes homens do país encontrarem abrigo definitivo nos sulcos das rochas de granito do Monte Rushmore⁷.

No sul da América, traçava-se um outro percurso, também pela busca da felicidade. A idéia do Éden, tão bem estudada por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*⁸, configurou uma trajetória diversa da que ocorreu no norte – protestantes e católicos moviam-se por diferentes anseios de futuro. A prática milenar que caracterizou a cultura quinhentista portuguesa atingia o novo continente⁹. O trato constante com o maravilhoso de certa forma habilitou o olhar português a enfrentar sem surpresas a possibilidade do paraíso em terra. A carta de Caminha, perdida por três séculos, ganhou voz pelas inúmeras versões das cartas de Vespúcio, febrilmente editadas, divulgando notícias sobre uma natureza morna com todos os indícios do paraíso terrestre. Os sinais eram constatados ou supostos. A presença dos quatro rios, de uma montanha reluzente no interior das terras e dos habitantes que chegam jovens aos 120 anos foram compondo, para os europeus, um quadro da eterna primavera de um paraíso que se prolongou por toda a Idade Média, confundido com mitos clássicos ou vinculado aos relatos bíblicos.

No Brasil, entretanto, o destino edênico consolidou um outro percurso cultural. Embora a natureza tenha surpreendido e servido ao desenvolvimento das ciências, não

5. A idéia de *wilderness*, expressão que não tem tradução literal para o português, indica um conjunto de posturas e sensibilidades relativas à natureza não domesticada, situada fora da *écoumène* cristã, mas sempre reportada ao discurso bíblico. O tema da *wilderness* é fundamental para a compreensão da formação identitária de países como a Irlanda, a Inglaterra e os Estados Unidos. Sua interpretação religiosa liga-se principalmente ao Velho Testamento, nas descrições do povo judeu errante no deserto, tomado como paradigma pelos primeiros colonos que migraram para o norte do Novo Mundo. Ver Frederick Turner, *O Espírito Ocidental contra a natureza – Mito, História e as Terras Selvagens*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990; e William Cronon, "The trouble with wilderness or getting back to the wrong nature". In William Cronon [ed.], *Uncommon Ground – toward reinventing nature*, Nova Iorque/Londres, W. W. Norton, 1995.

6. Denis Cosgrove, "Habitable Earth: wilderness, Empire and Race in America". In: David Rothenberg [ed.], *Wild Ideas*, Londres/Minneapolis, University of Minnesota Press, 1995, p. 32.

7. Simon Schama, *Landscape and Memory*, Bath, HarperCollins Publishers, 1995. Ver especialmente o capítulo 7.1, "The Woman on Mount Rushmore".

8. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1969.

9. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, e Jean Delumeau, *Mil Anos de Felicidade – Uma História do Paraíso*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 176–191.



articulou um elogio franco como o que unificou os países do norte. Muitos viajantes atravessaram as florestas e as pequenas cidades do interior da colônia portuguesa por um magnífico cenário tropical, mas isso não fez com que se consubstanciasse, no futuro país Brasil, uma expressiva escola de pintura paisagística, por exemplo. Na transição de colônia a nação, a representação romântica de louvor à natureza, na literatura e na arte, de forma geral, fluiu para o lirismo, para o culto da tristeza e da saudade, mas evitou uma postura auto-reflexiva e distanciada sobre a natureza¹⁰.

No urbanismo colonial, o verde rondava as cidades, mas não era comumente admitido dentro delas, a não ser nos espaços privados dos quintais. Quase não havia espaços coletivos como jardins e parques. Os grandes monumentos coloniais – casas de câmara, cadeia e igrejas – postavam-se silenciosos diante de grandes espaços vazios – adros e praças sem vegetação. Povoados e arraiais viravam-se de costas para as mais belas cenas naturais – lagoas, mares, montanhas – e conservavam a mesma postura quando se tornavam cidades. Os mecanismos de absorção da natureza seguiam apenas capilaridades muito delicadas e desabrochavam nos filamentos da arte, da música e da literatura, como se vê, por exemplo, nos detalhes da talha e da pintura barrocas, com virgens e anjos morenos, e folhas de embaúba¹¹.

Atualmente, há uma queixa ou, pelo menos, uma dúvida mundial sobre o zelo do Brasil por suas reservas florestais. Questionam-se as condutas ambientais referentes à Amazônia. A abundância do verde e a vastidão das terras teriam consolidado uma indiferença dos habitantes pela paisagem? A opulência estará internalizada a ponto de impedir-nos de vê-la como externalidade? Não teremos ainda amadurecido o suficiente para perceber a natureza como criação humana?

As tentativas de escrita sobre a história da paisagem brasileira¹² têm esbarrado em muitas armadilhas: o canto ufanista das belezas do país oculta silêncios e ambi-güidades que perturbam os sonhos antigos, mas talvez nunca esquecidos, de arcádia e jardim.



10. Luiz Costa Lima, *O controle do Imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*, São Paulo, Brasiliense, 1984. Algumas considerações sobre esse tema na pintura são apresentadas em Rodrigo Naves, "O olhar difuso", *Gávea*, n. 3, Rio de Janeiro, PUC, jun., 1986.

11. Especificamente com relação ao barroco, ver, por exemplo, as pesquisas de Mário de Andrade sobre o padre Jesuíno do Monte Carmelo, especialmente seus trabalhos nas igrejas de Itu, em São Paulo. Mário comenta os sinais da vida cotidiana invadindo as obras de arte sacra: frutas tropicais, como a melancia, postas à mesa da Santa Ceia, anjos mulatos a voar pelo teto da Igreja do Carmo. Mário de Andrade, *Cartas de Trabalho*, Brasília, SPHAN-Pró-Memória, 1981. Também sobre a percepção da natureza no Barroco latino-americano, ver Riccardo Averini, "Tropicalidade do Barroco". In: Emanuel Araújo [curador], *O Universo Mágico do Barroco Brasileiro*, São Paulo, SESI, 1996.

12. O Grupo de Pesquisa *Estudos da Paisagem*, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Alagoas, através de projeto integrado com o Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, pretende dar contribuições nesse sentido.